



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA  
Identificação: CIDADES 09  
Data: 22/01/2013

## PM que matou motoboy será julgado hoje em São Cristóvão

O cabo da Polícia Militar Raimundo Nonato Gonçalves, acusado pelo assassinato do motoboy Marcos Júnior Nogueira Santana, deverá ser julgado hoje, a partir das 9h, no Fórum Desembargador Gilson Góis Soares, em São Cristóvão (Grande Aracaju). O crime aconteceu no dia 25 de dezembro de 2009, em plena noite de Natal, no Conjunto Eduardo Gomes, em São Cristóvão. O júri aconteceria inicialmente em 3 de abril de 2012, mas foi adiado por duas vezes em razão de problemas como falta de jurados e testemunhas, além da troca do promotor responsável, que pediu mais tempo para estudar o processo.

Segundo a denúncia do Ministério Público, Marcos Júnior, à época com 27 anos, morreu na porta da casa da namorada, Maria Luiza, que era enteada do policial, e foi atingido por um tiro nas costas depois de uma briga entre Raimundo e a ex-mulher. "O meu irmão chegou na casa dela e já estava acontecendo uma confusão dentro da casa entre ele [Raimundo], a esposa e os filhos, e ele começou a dizer que queria matar um. Ai, Maria Luiza disse: 'Júnior, vá embora!'. Quando meu irmão tentou subir na moto, ele já levou um tiro e caiu. E todo mundo viu quando ele atirou", lembra a professora Gabriela Santana, irmã de Marcos, acrescentando que o socorro médico chegou meia hora após o crime, quando o irmão já estava morto.

Na ocasião, as investigações da polícia apontaram que o PM era uma pessoa agressiva e violenta e, enquanto discutia violentamente com a família, se irritou com a presença do motoboy, pois teria ciúmes da enteada. No entanto, a irmã afirma que não havia motivo nenhum para que Marcos fosse morto por Raimundo. "Não tinha nenhuma briga. Meu irmão nunca dirigiu a palavra a ele pra brigar. Nem tinha nenhuma amizade com ele. Eles só se cumprimentavam e pronto", pontua Gabriela. Ela diz ainda que o réu deveria responder por duas mortes, pois Maria Luiza estava grávida de três meses e perdeu o bebê uma semana depois do homicídio.

Familiares e amigos da vítima prometem comparecer em peso ao Fórum de São Cristóvão para assistir ao

anos do crime, ainda demonstram revolta e tristeza com o assassinato. "A gente não vê a hora de isso tudo acabar, porque isso [os adiamentos do julgamento] só prolongam nosso sofrimento. A gente não fica sossegado. Queremos que ele [o PM] pague pelo que ele fez. Um menino de 27 anos, perder a vida assim, do nada?", protesta a professora, ao lembrar que a família tinha mais medo de que o irmão morresse em um acidente de trânsito.

**Defesa** - O advogado de defesa Evaldo Campos é cauteloso e diz que vai esperar pelas provas produzidas durante o julgamento, além do depoimento de Maria Luiza, considerada peça-chave do processo. O defensor confirma que vai manter a tese de que o motoboy morreu vítima de um tiro acidental. "O Nonato sempre sustentou que a arma caiu da mão dele e produziu o disparo que atingiu o rapaz que namorava a enteada dele", disse Evaldo, declarando que fará uma defesa técnica, baseando-se em um laudo pericial que apontaria a trajetória do tiro, o qual teria atravessado o corpo da vítima de baixo para cima.

O advogado disse também que as acusações iniciais da família do réu que foram registradas pela polícia não se confirmaram durante a fase de instrução do processo. "Na polícia, surgiram muitas acusações contra ele. Em juízo, essas acusações não apareceram. As testemunhas disseram que não falaram nada daquilo e uma delas disse que viu quando a moto [do PM] caiu, o objeto [arma] caiu e houve o disparo", argumenta Campos, ressaltando que "Marcos era um homem de bem, querido por todos e que foi exclusivamente uma vítima".

O réu era lotado do 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM), em Propriá (Baixo São Francisco), se entregou cinco dias depois do crime e ficou preso por sete meses, mas foi solto por força de um habeas-corpus concedido pela Justiça e ganhou o direito de responder ao processo em liberdade, além de permanecer nos quadros da PM. Se condenado, Raimundo Nonato pode ser expulso da Polícia Militar e punido com até 30 anos de prisão. (Gabriel Damásio)